



ACÓRDÃO Nº1310/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11194/2017.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Câmara Municipal de Lábrea
- 4- **Exercício:** 2016
- 5- **Responsável:** Adalfrank Teixeira da Silva (Ordenador de Despesa)
- 6- **Advogado:** Não Possui
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 7547/2019, Dra. Elissandra Monteiro Freire Alvares, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Auditor Mário José de Moraes Costa Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Câmara Municipal de Lábrea. Exercício de 2016.

Regularidade com ressalvas. Multa. Determinação. Ciência.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída Art. 11, III, alínea "a", item 2, da resolução nº 04/2002-TCE/AM, **por maioria**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em divergência** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas do **Sr. Adalfrank Teixeira da Silva**, responsável pela Câmara Municipal de Lábrea, exercício de 2016.
- 10.2. **Aplicar Multa** com fundamento no art. 53, parágrafo único, da LO-TCE/AM c/c art. 308, VII, do RI-TCE/AM, ao **Sr. Adalfrank Teixeira da Silva** no valor de **R\$ 4.000,00** (quatro mil) em razão das restrições remanescentes na fundamentação da Proposta de Voto. Tal valor deverá ser recolhido no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE.
Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.



ACÓRDÃO Nº1310/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 10.3. Determinar** à atual gestão da Câmara Municipal de Lábrea que:
- 10.3.1.** designe fiscais de contrato conforme determina a Lei n.º 8.666/93 (art. 67 e seguintes);
 - 10.3.2.** mantenha atualizado portal de transparência conforme exigência da Lei Complementar n.º 101/00;
 - 10.3.3.** não realize despesas as quais não estejam relacionadas com as atividades-fim da Casa Legislativa;
 - 10.3.4.** não realize despesas sem que haja lastro financeiro para suportá-las;
 - 10.3.5.** observe os prazos para encaminhamento de Relatório de Gestão Fiscal consoante determina o art. 32, II, "h", da Lei n.º 2.423/96;
 - 10.3.6.** recolha tempestivamente as contribuições devidas ao INSS, evitando-se o pagamento de juros e multas à autarquia federal;

- 10.4. Dar ciência** do desfecho destes autos ao **Sr. Adalfrank Teixeira da Silva**

Vencido o Voto-Destaque do Conselheiro Erico Xavier Desterro e Silva, que votou pela irregularidade, considerando em alcance, aplicação de multa e recomendações à Câmara Municipal de Lábrea.

11- Ata: 42ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 11 de Dezembro de 2019

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Mario Manoel Coelho de Mello.

13.1. Auditor presente e Relator: Mário José de Moraes Costa Filho.

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira-Presidente

MÁRIO JOSÉ DE MORAES COSTA FILHO
Auditor-Relator

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral